

Michel Butor, e não apenas Ezra Pound, chama a atenção para o que existe de semelhança entre a prática de Joyce e a dos músicos: “Ficando cada vez mais cego à medida que elaborava essa obra, êle (Joyce) se tornou cada vez mais sensível à natureza sonora do material que empregava e ao íntimo parentesco que liga o romance, não apenas à poesia, como também à música”. Com Ariano Suassuna, como já dissemos, parece haver ocorrido fenômeno parecido em relação à pintura. Distante do Sertão, ao escrever, algumas das suas páginas estão cheias da côr da terra, da gente daquela “África brasileira”, para usar as palavras de um dos seus personagens.

Todo romancista tem alguma coisa de mágico e Suassuna é também um desses mágicos das palavras, usando-as algumas vezes ensolaradas e ásperas, noutras ocasiões revestidas da côr e do cheiro da terra. Mas não é apenas uma força mágica da palavra que existe em *A Pedra do Reino*. Nesse livro há também uma estranha magia impregnando as situações e os personagens: o rapaz do cavalo branco, a visão do Profeta Nazário, o amor selvagem de Safira, o estranho comportamento da bela Heliana que passava mel nos seios. Sim, porque em *A Pedra do Reino* há também a vertente da novela de cavalaria — uma novela sertaneja de aventuras em que Sinésio é o Cavaleiro e a bela Heliana a sua Dama.

Um bom romancista tem muito de poeta, de encenador, de músico, de profeta, de arquiteto, da paciência de um confessor, do improvisado do repentista. E, nesse romance, vemos Ariano Suassuna em tôdas essas condições, construindo, com o auxílio do sonho e a força do seu poder criador, o seu castelo rude e poético, sertanejo e barroco, áspero e iluminado como as terras do seu Sertão.

Novembro de 1970.

## As Cidades Como Formadoras de Regiões - O Exemplo de João Pessoa

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

### I — CIDADE E REGIÃO

Dois problemas preocupam seriamente os estudiosos de ciências sociais — economistas, sociólogos, técnicos em administração, antropólogos, geógrafos, historiadores, etc. — os políticos e os administradores nos dias atuais, o da *regionalização* e o da *urbanização*.

Na verdade, o problema regional vem sendo debatido por técnicos e cientistas desde a Revolução Francesa e até hoje não se chegou a um acôrdo que atendesse a tôdas as faixas de especialização científica. Se estudarmos a evolução do conceito de região, porém, desde os fins do século XVIII até os nossos dias, veremos que êste conceito vem se deslocando de uma dependência dos fatores naturais para uma dependência dos fatores humanos, embora sem que seja esquecida a infra-estrutura ecológica. Assim, nos primeiros tempos o substantivo região era quase sempre seguido de um qualificativo como natural, hidrográfica, climática, geológica, botânica, etc. Isto por que eram os estudiosos das ciências naturais quem as caracterizavam, quase sempre de acôrdo com a especialidade a que se ligavam. Posteriormente, já em 1920, Ricchieri, professor da Universidade de Ferrara, conceituou o que chamou de região natural complexa como sendo aquela que resultava da integração e da interação da ação de cinco elementos: a estrutura geológica, o relevo, a hidrografia, o clima e a cobertura vegetal. Daí partiu o nosso Conselho Nacional de Geografia em 1943, para a divisão do Brasil em cinco Grandes Regiões Naturais, sem se levar em consideração a ação do homem como modelador de paisagens e como organizador — voluntária ou premeditadamente.

te — do espaço geográfico. Ao dividir as grandes regiões naturais no que impròpriamente chamou de zonas fisiográficas é que o referido Conselho levou em conta a ação humana.

A partir de 1940, na Europa, com a conceituação de A. Cholley e com posteriores estudos de economistas como François Perreux e de geógrafos como Bernard Kayser, é que se passou a admitir que a região era em grande parte um produto da ação do homem, organizando o espaço para poder explorá-lo economicamente e se partiu para noções de regiões homogêneas e de regiões organizadas. Esta idéia da ação do homem organizando, isto é, agindo racionalmente com o fim de melhor explorar o espaço de que dispunha é fundamental para se compreender o verdadeiro mosaico regional que se desenha nas superfícies continentais. Assim, sabemos que o homem não pode modificar arbitrariamente as paisagens ao seu bel prazer, mas que êle, à proporção que se desenvolve econômica, técnica e culturalmente, vai se tornando cada dia mais capaz de fazer sensíveis modificações na superfície da Terra, habilitando-a a atender às suas necessidades. Capacidade modificadora que tem levado o homem a estender cada vez mais a área ecumênica, conquistando terras às regiões polares, aos desertos e às florestas equatoriais.

O fenômeno da urbanização também é bastante antigo, de vez que cidades grandes, de mais de 100.000 habitantes, foram contemporâneas de civilizações antigas como a Egípcia, a Chinesa e a Caldéia, para não falar em casos mais recentes como a civilização da Antiguidade Clássica — Grécia e Roma. Mas o fenômeno urbano teve grande aceleração, não só pelo crescimento da população das grandes cidades a vários milhões de habitantes como pelo aparecimento de milhares de cidades pequenas e médias a partir do século XIX. E o crescimento destas cidades está ligado ao desenvolvimento de técnicas agrícolas que permitiram o abastecimento das mesmas em víveres — crescimento da produtividade agrícola por hectare cultivado e por homem dia empregado — como também pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação. Meios de transporte e comunicação que encurtaram as distâncias, tornan-

do próximos centros outrora bastante distantes. Êste fato permitiu que grandes concentrações populacionais se concretizassem graças à facilidade de obtenção de recursos para o seu abastecimento em áreas as mais diversas, ligadas ao centro urbano por várias formas de fluxos. Daí o surgimento de uma série de entrepostos e a formação de uma autêntica rêde urbana, em que os centros menores, como satélites, giram em torno dos centros maiores, fornecendo aos mesmos os produtos que êles necessitam e recebendo em retôrno aquêles que lhes são necessários. Surge, assim, com a civilização, com o desenvolvimento, uma rêde urbana em que os centros maiores funcionam como se fôssem grandes pólos em tôrno dos quais giram pólos de menor grandeza, os quais, por sua vez, funcionam como pólos de centros secundários, formando escalas mais ou menos numerosas.

Estas relações entre centros urbanos entre si e entre êstes centros e as áreas rurais para êles polarizadas dão origem às chamadas regiões polarizadas de que fala F. Perreux e às regiões organizadas de que fala B. Kayser.

Se analisarmos o caso brasileiro, compreenderemos que a civilização européia aqui implantada pelos portugueses após o século XVI e complementada até os nossos dias por luso-africanos e por colonos de outras origens européias — italianos e alemães — e asiáticos — japoneses e sírio-libaneses — deu origem à formação de um verdadeiro mosaico regional formado por “ilhas” mais ou menos isoladas umas das outras, embora, às vêzes, voltadas para o mercado externo através do pôrto mais próximo. Êste fato levou o sociólogo Gilberto Freyre a afirmar, na década de quarenta, que o Brasil se assemelhava a um arquipélago, de vez que as várias regiões que o compunham só se intercomunicavam por via marítima. Assim, cada região cresceu mais ou menos isolada das regiões vizinhas, pois se mantinha relações comerciais entre si, os contactos não eram suficientes para ter grande influência nos hábitos e costumes dominantes entre as mesmas. E êstes hábitos e costumes eram, em grande parte, o resultado de uma adaptação às condições geográficas e ao momento histórico em que os vários núcleos se formaram.

Só modernamente, após a terceira década do século XX, é que se caracterizou bem uma hierarquização das áreas de influência das várias cidades brasileiras e, graças às facilidades de transportes e de comunicações, as cidades foram crescendo e ampliando as suas áreas de influência — se analisarmos o crescimento da população da maioria das grandes cidades brasileiras no período 1872-1900 cremos que elas pouco cresceram — e algumas cidades, estendendo seus tentáculos — estradas de ferro ou de rodagem — de influência captaram para a mesma várias regiões homogêneas, consolidando ou criando relações de dependência em relação a outros centros urbanos, que conheciam uma fase de estagnação ou de crescimento menos dinâmico. Assim, formaram-se centros, como São Paulo, com influência em todo o território nacional e até em áreas periféricas de países vizinhos, ao lado de centros urbanos com área de influência macro-regional, estendendo-se por vários Estados, como ocorre com Fortaleza, Recife e Salvador, no Nordeste do Brasil, e de centros mais modestos, ora capitais de Estado, como João Pessoa e Maceió, ora cidades do interior, de comércio ou indústria dinâmicos, como Campina Grande e Mossoró que capturaram uma área de influência ponderável, podendo ser consideradas como pólos regionais.

Na presente comunicação, escolhemos a cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba e centro urbano com uma população superior a 200 mil habitantes para analisar como sua área de influência direta se restringe a uma porção do Estado de que é Capital as micro-regiões homogêneas de nº 92, 93 e 99, que compreendem área de litoral, mata e agreste oriental — embora em alguns setores abranja área bem mais ampla, devido à concorrência de um centro urbano situado no mesmo Estado de grande pujança econômica — Campina Grande — e à proximidade de um centro macro-regional — o Recife.

Na comunicação que se segue, resultado de pesquisa de campo em que contei com a ajuda das geógrafas paraibanas Janete Pereira Lins e Marina Nóbrega e com bolsa do CNRS da França, estudamos os equipamentos urbanos de que dispõe

a Capital Paraibana e como ela exerce sua influência em alguns setores em áreas mais amplas e, em outros, em áreas menos amplas. Ao mesmo tempo se observam as relações que mantêm com o Recife e com os centros mais dinâmicos e populosos do país — Rio de Janeiro e São Paulo. Vemos, assim, os sistemas de hierarquia urbana estabelecidos e a função e capacidade dos centros urbanos médios — de população aproximadamente de 100 a 500.000 habitantes — na formação de regiões polarizadas ou urbanas, se preferirem usar um termo menos comprometido.

## II — A IMPORTÂNCIA DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

João Pessoa é uma cidade que se destaca apenas como centro administrativo, por ser Capital do Estado da Paraíba, e como centro universitário; tem pequena expressão como centro comercial e industrial. Comparando-se às demais cidades capitais de Estados do Brasil, é uma das que possuem pequena população, como podemos observar na Tabela I.

Olhando-se a colocação de João Pessoa, vê-se que ela ocupa o 18º lugar, suplantando em população apenas as capitais de cinco Estados e as dos Territórios. Este fato pode ser explicado por duas razões principais, a saber:

a) — proximidade do Recife, do qual se distancia apenas 110 quilômetros e ao qual se liga por estradas de ferro e por rodovia asfaltada;

b) — a existência no Estado da Paraíba e à pequena distância da Capital (136 km), de uma grande cidade — Campina Grande com mais de 150.000 hab. — que como grande centro comercial polariza a porção sertaneja da Paraíba e gira diretamente em torno do Recife. Fato que não se observa em nenhum outro Estado do país.

João Pessoa, fundada para ser capital da Capitania da Paraíba em 1582, após a conquista do território aos indígenas

TABELA I

CIDADE	ESTADO DE QUE É CAPITAL	POPULAÇÃO 1970
1 — São Paulo	São Paulo	5.901.600
2 — Rio de Janeiro	Guanabara	4.297.000
3 — Belo Horizonte	Minas Gerais	1.233.000
4 — Recife	Pernambuco	1.079.000
5 — Salvador	Bahia	1.001.000
6 — Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	886.000
7 — Fortaleza	Ceará	842.000
8 — Belém	Pará	642.000
9 — Curitiba	Paraná	603.000
10 — Brasília	Capital Federal	545.000
11 — Goiânia	Goiás	388.000
12 — Niteroi	Rio de Janeiro	324.000
13 — Manaus	Amazonas	303.000
14 — Natal	Rio Grande do Norte	270.000
15 — Maceió	Alagoas	269.000
16 — São Luís	Maranhão	267.000
17 — Terezina	Piauí	230.000
18 — JOÃO PESSOA	PARAÍBA	221.000
19 — Aracaju	Sergipe	183.000
20 — Florianópolis	Santa Catarina	143.000
21 — Vitória	Espírito Santo	135.000
22 — Cuiabá	Mato Grosso	103.000
23 — Pôrto Velho	Território de Rondônia	90.000
24 — Macapá	Território do Amapá	87.000
25 — Rio Branco	Acre	73.000
26 — Boa Vista	Território de Roraima	37.000

que o habitavam, permaneceu como um pequeno centro populacional por mais de três séculos, a ponto de, em 1872, no primeiro Recenseamento Geral da População do país, possuir apenas 24.714 hab. Foi por todo êste período apenas o centro administrativo de uma pequena Capitania subordinada até o século XVIII à Capitania Geral de Pernambuco e de 1822 em diante, após a Independência, foi transformada em capital provincial. Chamou-se, inicialmente, de Filipéia de Nossa Se-

nhora das Neves, quando o Brasil estava dependendo da Coroa Espanhola (de 1580 até 1640), Frederica, durante o curto domínio holandês no Nordeste do Brasil (1635-1654), Paraíba, após a expulsão dos holandeses e do rompimento da União Pessoal entre Espanha e Portugal e, finalmente, após 1930, João Pessoa, em homenagem ao Governador do Estado que foi assassinado em consequência de suas divergências políticas com o Governo Federal, deposto em outubro de 1930.

O crescimento de sua população se acelerou muito após 1940, quando o Estado multiplicou os seus serviços e criou a Universidade, depois federalizada. Assim, unindo a função administrativa à função universitária e, mais recentemente, tentando atrair as correntes turísticas que se canalizam até o Recife, João Pessoa passou a ter um grande crescimento populacional, duplicando a sua população nos últimos trinta anos, como podemos observar na Tabela II.

TABELA II

*Crescimento da população de João Pessoa de 1872 a 1970*

Ano do recenseamento	População (hab.)
1872	24.714
1890	18.645
1900	28.793
1920	52.990
1940	94.333
1950	119.326
1960	155.117
1970	221.000

À aglomeração urbana de João Pessoa se acham ligadas as cidades de Bayeux, de Santa Rita e de Cabedelo, que contam com um total de cerca de 50.000 habitantes. A primeira, que está mais ligada à Capital, é um mero subúrbio, enquanto Santa Rita é, sobretudo, um centro industrial (uma usina de açúcar e uma fábrica de tecidos) e Cabedelo é um centro portuário e pesqueiro.

### III — A IMPORTÂNCIA DE JOÃO PESSOA COMO CENTRO ADMINISTRATIVO

A cidade de João Pessoa como sede de govêrno de um dos Estados que compõe a federação brasileira, se beneficia da função administrativa para objetivar o seu crescimento como centro populacional e como centro de serviços, consequente da concentração de funcionários na sua aglomeração. Ocorre, porém, que os serviços aí concentrados são apenas os serviços públicos estaduais ou agências de órgãos federais, cuja área de competência se estende apenas pelo território paraibano. Isto porque, embora no Brasil não haja, juridicamente, diferença entre a autonomia dos vários Estados, na realidade, por força da dinâmica histórica, há Estados que têm maior importância econômica e, consequentemente, maior importância política que os outros. Assim, avultam por sua grande influência os Estados de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Estados que tendo maior população e maior número de eleitores, têm maior acesso às decisões políticas. Vem em seguida uma série de Estados de influência ponderável em determinadas regiões do país, como o Pará, no Norte; o Ceará, Pernambuco e Bahia, no Nordeste; Rio de Janeiro, no Sudeste; Paraná, no Sul, etc. Estes Estados, dispoendo de capitais mais populosas, atraem para as mesmas as repartições federais que têm uma área de influência regional. Assim, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia está sediada em Belém, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, no Recife, a Superintendência do Desenvolvimento do Sul, em Pôrto Alegre e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste, em Goiânia. Criaram-se, de fato, as regiões de programação econô-

mica que funcionam como intermediárias entre a Federação e os Estados e que, sediadas em capitais de Estado que têm influência regional, contribuem para um melhor equipamento das mesmas, como demonstramos ao analisar a função administrativa do Recife.

João Pessoa limita a sua importância administrativa a ser sede de serviços públicos estaduais e municipais e a serviços federais que atuam apenas na Paraíba, muitas vezes não ligados diretamente aos Ministérios no Rio de Janeiro e em Brasília, mas a delegacias regionais sediadas no Recife, ou em Fortaleza como ocorre com o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária e com o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas ou o Departamento Nacional de Obras de Saneamento.

Os serviços públicos estaduais já apresentam, porém, uma certa complexidade, de vez que, sendo um Estado Federado, possui uma diversificação de poderes representada pelo Executivo, pelo Legislativo e pelo Judiciário.

O poder Executivo é exercido pelo Governador que é assistido por um secretariado de Estado — Secretaria de Interior e Justiça, de Educação e Assistência Social, de Saúde, de Agricultura, Indústria e Comércio, de Planejamento, etc., — acompanhando mais ou menos a estrutura federal dos ministérios. Como sede do Poder Legislativo Estadual, possui uma Assembleia Legislativa constituída por deputados eleitos pelo povo por um período de quatro anos, e como Poder Judiciário possui um Tribunal de Justiça. Cada um destes poderes possui uma estrutura de funcionários que permite o seu funcionamento.

### IV — A UNIVERSIDADE COMO RENOVADORA DA VIDA URBANA

No Estado da Paraíba existem duas Universidades, uma Federal, sediada em João Pessoa, e possuindo na mesma maioria de suas unidades, e outra pertencendo a uma fundação e localizada na cidade de Campina Grande. Em 1968, essas duas universidades mantinham no Estado da Paraíba seis

curso de Administração e Economia, um curso superior de Agricultura, dois cursos de Direito, seis cursos de Engenharia, um curso de Farmácia, nove cursos de Filosofia, Ciências e Letras, um curso de Medicina, um curso de Odontologia, um curso de Química Industrial e dois cursos de Serviço Social. Nestes 30 cursos ensinavam cerca de 763 professores e estudavam 3.730 alunos. Em quantidade de cursos, de professores e de alunos a Paraíba era suplantada no Nordeste apenas por Pernambuco, Bahia e Ceará.

A Tabela III indica as catorze unidades que compõem a Universidade Federal da Paraíba e os 25 cursos mantidos pela mesma, com o número de alunos matriculados nos anos de 1967 e de 1968. Convém salientar que duas das referidas unidades — a Escola Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande se localizam na cidade de Campina Grande — e a Escola de Agronomia do Nordeste se localiza na cidade de Areia e só foi incorporada à Universidade em 1968. Assim, dos 3.385 estudantes matriculados na Universidade em 1968, cerca de 179 viviam e estudavam em Areia e 645 em Campina Grande, o que quer dizer que 24,5% dos estudantes da Universidade estão ausentes de João Pessoa.

A análise da Tabela IV vem demonstrar que João Pessoa não tem, como centro universitário, um grande poder de atração, de vez que a maioria absoluta dos estudantes é originária do próprio Estado da Paraíba, isto é, 2.815 em um total de 3.385, ou cerca de 83,3%.

Entre os estudantes não paraibanos, seis são estrangeiros — três bolivianos, um espanhol, um japonês e um peruano — e 570 de outros Estados do Brasil. Dentre os estudantes oriundos dos outros Estados avultam os norte-rio-grandenses (184 ou cerca de 5,4%), os pernambucanos (153 ou cerca de 4,5%) e os cearenses (104 ou cerca de 3,0%), todos três Estados limítrofes com a Paraíba. Este fato pode ser explicado, sobretudo para os cearenses e pernambucanos que dispõem em seus Estados de universidades melhor instaladas, como consequência da migração natural existente entre os Estados. Assim, muitos estudantes são filhos de famílias que pelas razões mais di-

## TABELA III

*Cursos e número de estudantes da Universidade Federal da Paraíba*

## Matrícula geral, por curso, segundo os anos

Faculdade (Fac.); Econômica (Eco.); Escola (Esc.); Instituto (Inst. ou Instit.); Filosofia (Fil.); Sociologia (Soc.); Engenharia (Eng.).

UNIDADES DE ENSINO	CURSOS	ANOS	
		1967	1968
Fac. Ciênc. Eco. Paraíba	Economia	165	200
	Contabilidade	131	154
	Administração	93	148
	Medicina	483	526
	Odontologia	128	143
	Farmácia	77	90
	Enfermagem	26	32
	Eng. Civil	226	244
	Eng. Mecânica	43	54
	Direito	242	315
Fac. de Medicina Fac. de Odontologia Fac. de Farmácia Esc. de Enfermagem Esc. de Engenharia	Assist. Social	97	113
	Vernáculo	38	75
	Inglês	63	86
	Francês	45	43
Fac. de Direito Esc. de Serviço Social	Alemão	5	5
	Filosofia	83	63
	Geografia	52	87
	História	83	93
Instit. de Letras	Pedagogia	71	90
	Eng. Civil	167	193
	Eng. Mecânica	64	93
Inst. Fil. e Ciên. Humanas	Eng. Eletricista	57	106
	Economia	157	168
	Soc. e Política	55	85
Fac. de Educação	Agronomia	—	179
Esc. Politécnica			
Fac. Ciênc. Eco. C. Grande Esc. Agron. do NE			
TOTAIS		2.645	3.385

versas se radicaram na Paraíba e não pela atração exercida pela Universidade.

TABELA IV

*Naturalidade dos estudantes matriculados na Universidade Federal da Paraíba*

BRASILEIROS, SEGUNDO OS ESTADOS	TOTAL	SEGUNDO A NACIONALIDADE	TOTAL
Acre	1	Brasil	3.379
Pará	3	Bolívia	3
Maranhão	12	Espanha	1
Piauí	21	Japão	1
Ceará	104	Peru	1
Rio Grande do Norte	184		
Paraíba	2.815	TOTAL	3.385
Pernambuco	153		
Alagoas	31		
Sergipe	9		
Bahia	10		
Espírito Santo	1		
Rio de Janeiro	5		
Guanabara	13		
São Paulo	8		
Rio Grande do Sul	3		
Minas Gerais	3		
Mato Grosso	1		
Goiás	2		
TOTAL	3.379		

Os 2.815 estudantes da Universidade Federal da Paraíba, nascidos nesse Estado observa-se que provêm dos mais diversos municípios do Estado, mas que são predominantemente oriundos da Capital, de vez que constituem cerca de 995 alunos, o que corresponde a 35,3% dos estudantes paraibanos e 29,3% do total de matriculados. Em segundo lugar vem a cidade de Campina Grande com 315 estudantes, o que corresponde a

11,1% dos estudantes paraibanos e a 9,3% do total de matriculados. Convém lembrar que cerca de 645 matriculados na Universidade estudam nos cursos da Escola Politécnica e da Faculdade de Ciências Econômicas que funcionam em Campina Grande.

Contribuem, com mais de 40 alunos, apenas os municípios de Areia, Catolé do Rocha, Guarabira, Patos, Piancó, Pombal, Santa Luzia, Santa Rita, Itabaiana, Sapé e Souza. Com mais de 20 e menos de 40 alunos, salientam-se os municípios de Bananeiras, Caiçaras, Curemas, Cruz do Espírito Santo, Esperança, Ingá, Itaporanga, Mamanguape, Pilar, Princesa Isabel, São José de Piranhas, Taperoá e Teixeira.

Na Tabela V, dispomos da distribuição dos professores da Universidade pelas suas várias unidades de ensino. Aparecem apenas 526 professores que exercem o magistério na Universidade em 1968. Os da Escola de Enfermagem foram incluídos nos quadros da Faculdade de Medicina porque aquela escola foi a esta incorporada, tornando-se um curso da mesma. Dos 526 professores, cerca de 406 são originários da Paraíba, o que indica uma percentagem bastante elevada — 77,1%. O segundo Estado a fornecer professores à Universidade Federal da Paraíba é Pernambuco, com 47, ou seja, 9,9%. Fato que se explica tanto pela proximidade e maior desenvolvimento cultural do Recife, capital de Pernambuco, como pela ocorrência de que vários deles residem no Recife, como poderemos observar na Tabela V. Assim, residem em João Pessoa 410 professores, enquanto 94 residem em Campina Grande, 10 no Recife, 1 em Natal e 1 em Santa Rita. A grande quantidade de professores em Campina Grande é explicada pela presença de duas unidades de ensino nessa cidade, e a do Recife, pela proximidade de João Pessoa. Estes professores vão em 90 minutos de automóvel ou de ônibus a João Pessoa, ministram duas ou três aulas e retornam à capital pernambucana. Antigamente era maior o número de professores que residiam no Recife e ensinavam em João Pessoa, mas a Universidade Federal da Paraíba vem gradativamente substituindo os mesmos por outros que se comprometam a residir em João Pessoa ou em Campina Grande,

conforme a localização da unidade em que ensinam e vem procurando também substituir êstes professôres por diplomados paraibanos que fazem cursos de pós-graduação em Universidades do Sul do País ou do estrangeiro. Procura, portanto, formar o seu corpo de professôres radicados ao próprio Estado.

TABELA V

*Pessoal Docente da Universidade Federal da Paraíba*

UNIDADE DE ENSINO	NATURALIDADE	RESIDÊNCIA
Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba	31 Paraíba 1 Ceará 1 R. G. do Norte 1 Pernambuco 1 Alagoas	35 João Pessoa
Faculdade de Medicina	97 Paraíba 1 R. G. do Norte 10 Pernambuco 4 Alagoas 1 Sergipe 2 Bahia 1 Guanabara 1 São Paulo 1 Itália	116 João Pessoa 1 Campina Grande 1 Recife
Faculdade de Odontologia	33 Paraíba 1 Piauí 1 R. G. do Norte 2 Pernambuco 1 Alagoas 1 Guanabara	39 João Pessoa
Faculdade de Farmácia	17 Paraíba 1 Maranhão 1 Ceará 3 R. G. do Norte	22 João Pessoa
Faculdade de Direito	33 Paraíba 1 Alagoas	33 João Pessoa 1 Santa Rita

TABELA V

UNIDADE DE ENSINO	NATURALIDADE	RESIDÊNCIA
Faculdade de Educação	10 Paraíba 1 Pernambuco	10 João Pessoa 1 Recife
Escola de Engenharia	18 Paraíba 1 Pará 1 Ceará 1 R. G. do Norte 10 Pernambuco 1 Alagoas 1 Bahia 1 Espanha	32 João Pessoa 2 Recife
Instituto Central de Letras	12 Paraíba 5 Pernambuco 1 Guanabara 1 Itália 1 Alemanha 1 Inglaterra	20 João Pessoa 1 Recife
Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas	24 Paraíba 1 Pará 1 Ceará 1 Alagoas 1 São Paulo 3 Pernambuco	29 João Pessoa 2 Recife
Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande	37 Paraíba 3 R. G. do Norte 3 Pernambuco 1 Guanabara 1 Paraná	44 Campina Grande 1 João Pessoa
Instituto Central de Química	14 Paraíba 1 Ceará 1 Pernambuco 1 França	17 João Pessoa

UNIDADE DE ENSINO	NATURALIDADE	RESIDÊNCIA
Escola Politécnica	33 Paraíba 1 Amazonas 1 Piauí 3 Ceará 1 R. G. do Norte 6 Pernambuco 1 Alagoas 2 Guanabara 2 Minas Gerais 3 São Paulo 1 R. G. do Norte 1 Áustria	49 Campina Grande 4 João Pessoa 1 Natal 1 Recife
Instituto Central de Física	8 Paraíba 2 Ceará 2 Pernambuco	12 João Pessoa
Instituto Central de Matemática	16 Paraíba 5 Pernambuco	20 João Pessoa 1 Recife
Escola de Serviço Social	28 Paraíba 2 Ceará 1 Pernambuco	30 João Pessoa 1 Recife
TOTAL	526	

Além da Universidade, a vida cultural e as comunicações em João Pessoa continuam profundamente vinculadas à vida cultural e às comunicações com o Recife e com Campina Grande. Assim, não possuindo estações de televisão, dependem os habitantes da capital paraibana dos programas apresentados pelas três estações de TV do Recife — TV Rádio Clube de Pernambuco, TV Jornal do Comércio e TV Universitária, esta de propriedade da Universidade Federal de Pernambuco — e da TV Borborema, sediada em Campina Grande. Apesar da in-

fluência das estações de rádio do Recife e de Campina Grande, muito ouvidas em João Pessoa, possui esta cidade três estações de rádio, a Arapuan, a Correio da Paraíba e a Tabajara, esta de propriedade do governo estadual.

Quanto a jornais, apesar dos do Recife terem grande circulação na Paraíba, são publicados em João Pessoa os diários “A União”, de propriedade do Governo do Estado, “O Norte”, pertencente aos Diários Associados e o Correio da Paraíba, de um grupo local.

Alguns jornais do Rio de Janeiro — Correio da Manhã, O Globo e o Jornal do Brasil — e de São Paulo — Fôlha de São Paulo e O Estado de São Paulo — são vendidos diariamente na capital paraibana.

## V — IMPORTÂNCIA DE JOÃO PESSOA COMO CENTRO MÉDICO-SANITÁRIO

Do ponto de vista de saúde, nota-se, após pesquisas realizadas, com entrevistas de médicos e de técnicos ligados ao setor de saúde, que João Pessoa depende muito do Recife. Assim, a cidade possui clínicos gerais e cirurgiões gerais, ao lado de especialistas dedicados à cura de casos mais frequentes, como Ginecologia, Pediatria, Psiquiatria e Otorrinolaringologia. A cidade não dispõe de especialistas em Neurologia, em Cirurgia Cardiológica e em Alergologia. São raros os especialistas em Endocrinologia, em Urologia e em Cirurgia Plástica. Isto, apesar de estarem inscritos no Conselho Regional de Medicina mais de 300 médicos. A falta de especialistas tem levado alguns médicos recém-formados e sem grande experiência a desejarem inscrever-se como especialistas, utilizando como justificativa terem feito essa especialização quando estudantes. O Conselho Regional de Medicina, porém, reage a essa pretensão por considerar necessário uma maior prática para caracterizar uma especialização, velando dêsse modo pela saúde da população.

Em João Pessoa existem 8 laboratórios de análises médicas ora dirigidos por médicos, ora por farmacêuticos, embo-

ra alguns médicos clínicos recusem as análises feitas por êsses profissionais sob alegação de que os mesmos não têm competência para fazer certas análises, apesar da lei federal lhes conceder o direito de fazer essas análises. A pesquisa feita, porém, indica que êsses laboratórios atuam apenas em uma faixa restrita, limitando-se a fazer análises de tipos mais freqüentes, sendo, em geral, medianamente equipados. Certos exames mais raros e que requerem um material caro, como pesquisa de fungos, a reação de sódio e de reservas alcalinas são enviadas para o Recife, onde êsses exames são feitos com mais facilidade. Leve-se em conta que João Pessoa dista apenas 110 quilômetros do Recife e que está ligada ao mesmo por auto-estrada; uma viagem de ônibus é feita em apenas 90 minutos. São exames que requerem um material de alto preço, facilmente perecível e que não são requisitados com freqüência.

A cidade de João Pessoa dispõe apenas de quatro hospitais. Abaixo analisaremos as condições e as características de cada um dêles de per si.

1 — *Hospital Napoleão Laureano*, cujo nome é uma homenagem a um grande cirurgião paraibano que morreu de câncer na década de 50. O hospital é especializado nesta doença. Quanto à procedência dos doentes observa-se que 70% dos mesmos são habitantes de João Pessoa e 30% vêm de outras cidades da Paraíba e do Estado do Rio Grande do Norte. O hospital dispõe de 70 leitos, sendo 20 destinados a segurados do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Conta com 20 médicos especialistas em clínica médica, dois em cirurgia, oito auxiliares de diagnóstico e dez de tratamento. Conta com quatro enfermeiras diplomadas, 39 atendentes (enfermeiras não diplomadas) e oito auxiliares de serviços. Atende a uma média de 473 doentes e tem cerca de 43 doentes internados. Dos 5.935 casos até agora atendidos, 1.729 apresentaram o câncer localizado na cabeça e pescoço, 1.502 nos órgãos genitais e na mama, 693 em tecidos conectivos, 327 no aparelho renal e urinário e 259 no abdome. Ainda foram acusados 863 casos atendidos pela clínica médica e 562 pelos radiologistas. O hos-

pital tem sérios problemas econômicos — uma crise quase o fechou em 1968 — e técnicos, de vez que não possui uma bomba de cobalto. Os doentes que necessitam de tratamento com bomba de cobalto são obrigados a se transferir para o Recife. Também recorrem a médicos do Recife e de centros mais importantes do país os cancerosos que dispõem de recursos econômicos.

2 — *Hospital Santa Isabel* que atendeu em 1968 a cerca de 2.914 pessoas originárias de João Pessoa (40%) e de cidades do interior do Estado da Paraíba (60%). Funcionando como hospital de clínicas para a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba, êle atende a uma maioria de indigentes e de segurados de institutos de previdência. Os indigentes só são internados após sofrer uma triagem na Faculdade de Medicina. Dispõe de isolamento para doentes portadores de moléstias infeto-contagiosas. Dispõe de 223 leitos. Trabalham no hospital médicos especializados em Cirurgia Geral, Clínica Médica geral, Ginecologia, Cardiologia, Dermatologia, Urologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Traumatologia e Gastroenterologia. Os tipos de enfermidades mais comuns atendidos são cirroses, hepatites, febre tifóide, insuficiência cardíaca, artrite reumática, esplenopatia, colecistopatia, parasitoses. Entre os casos menos frequentes salientam-se gastro-duodenopatia, tireoideopatia, tétano, otorrinolaringologia, doenças varicosas e sarampo.

3 — *Hospital São Cristóvão*. Trata-se de pequeno hospital com 40 leitos, onde em 1968 foram atendidos 718 doentes. Dêstes, 50% eram originários de João Pessoa e 50% de outros municípios da Paraíba. 90% dos clientes eram segurados do INPS, daí a grande quantidade de pessoas do interior que é encaminhada ao hospital, caso a doença de que é portador não possa ser atendida pelos ambulatórios mantidos por êste Instituto nas mais importantes cidades do Estado. O hospital dispõe de 12 médicos, sendo seis ortopedistas, três clínicos, dois cirurgiões gerais e um anestesista. Dispõe ainda de uma enfermeira diplomada, de 10 atendentes e de 14 funcio-

nários burocráticos e serventes. Os casos que ocorrem com mais frequência são apendicite, hérnia, colecistite, fístula, amidalite, e fraturas várias. Os casos mais raros atendidos são espondilite, hidrocele, metástese vertebral e esplenomegalia. A maior parte dos óbitos ocorridos — 22 casos em 1968 — foram devidos a trombose cerebral e a insuficiência cardíaca.

4 — *Casa de Saúde e Maternidade São Vicente de Paula*. Grande hospital com 150 leitos. Atendeu em 1968 a 3.658 pacientes, sendo 60% de João Pessoa e 40% do interior do Estado. 80% do pessoal atendido era formado por segurados do INPS. Dispõe de 11 médicos especializados em pediatria, ginecologia, anestesia, clínica geral, otorrinolaringologia e cirurgia geral. Possui ainda uma enfermeira diplomada, 35 atendentes e 45 auxiliares burocráticos e de serviços braçais. Os atendimentos mais comuns ocorrem com casos de desidratação, gestação, hemorroidectomia, apendicite, amidalite e os mais raros com epigastralgia, gastrite e litíase coledociana. Os 60 óbitos ocorreram em consequência de operações cesarianas, hemorragias cerebrais, cirrose, insuficiência cardíaca.

5 — *Hospital Clementino Fraga*. Trata-se de hospital especializado no tratamento da tuberculose, possuindo 142 leitos dos quais 50 são permanentemente reservados a doentes segurados do INPS, e os 92 restantes para indigentes. Sendo a tuberculose uma doença que resulta quase sempre da sub-alimentação, explicou-se a grande quantidade de indigentes que é atendida pelo hospital. Dentre os 347 casos atendidos em 1968, cerca de 40% eram originários de João Pessoa e 60% do interior da Paraíba. Todos os casos atendidos foram de tuberculose pulmonar em pessoas de mais de 15 anos, de vez que os de idade inferior a esta não são aceitos pelo hospital. O corpo médico é formado por dois fisiologistas, um analista, um ginecologista e um cirurgião geral. Dispõe ainda de sete enfermeiras diplomadas, de 20 atendentes e de 15 auxiliares.

Quanto à atuação e à importância dos oito laboratórios de análises é conveniente analisar a Tabela que se segue:

TABELA VI

*Atendimento dos laboratórios de análises médicas de João Pessoa — 1968*

LABORATÓRIO	Nº DE ATENDIMENTOS MENSAIS	ORIGEM DOS DOENTES	
		João Pessoa	Demais cidades
Dr. Valdevino	200	90%	10%
Dr. Abel Beltrão	200	90%	10%
Carlos Chagas	200	95%	5%
Adolfo Lutz	200	90%	10%
Dr. Renilson Honorato	150	50%	50%
Oswaldo Cruz	600	90%	10%
Pasteur	600	80%	20%
Dr. Maurício Almeida	600	95%	5%

A análise da Tabela acima indica que há um domínio absoluto dos doentes oriundos de João Pessoa em quase todos os laboratórios, posto que, apenas no laboratório de menor número de atendimento, é que há um equilíbrio entre os clientes de João Pessoa e os de outras áreas do Estado.

Em geral, os tipos de exames são de bacteriologia, hematologia, bioquímica, parasitologia, microbiologia, imunologia, ensimologia, sorologia e citologia. Os casos mais comuns são de exames de fezes, de urina, hemogramas, reação Mantoux, colesterol, uréia, glicose, citologia vaginal, etc. Entre os casos menos frequentes observamos pesquisas de células LE, transaminases, bilirrubinas, proteínas, dosagem hormonal, aminase, curva glicêmica, fosfatase, clearense (engogeno), bromo sulfateína, hidrogenese, mielograma, reação de Vidal, pesquisa de plasmódios, teste de lepromina, pesquisa de estreptolizina, dosagem de sódio e potássio, hipoproteínas, etc.

É grande o número de clientes particulares em alguns laboratórios, mas há dominância dos segurados de institutos. O

Laboratório Carlos Chagas é o único a fazer dosagem hormonal e por ter bom conceito, entre os seus clientes, encontram-se numerosas pessoas originárias do Recife, sobretudo entre paraibanos que se radicaram na capital pernambucana e que mantêm relações de família ou de negócios em João Pessoa. Os médicos são todos paraibanos, mas se especializaram quase sempre no Recife, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Há casos de médicos especializados em Belo Horizonte, no México e na Bahia. Os equipamentos são sempre adquiridos no Recife e no Rio de Janeiro, embora sejam frequentemente importados.

## VI — A PEQUENA IMPORTÂNCIA DAS FUNÇÕES COMERCIAL E BANCÁRIA

As atividades comerciais da cidade de João Pessoa têm muito menor importância que as atividades administrativas e culturais; isto por que, estando João Pessoa localizada apenas a 110 quilômetros do Recife e sendo ligada a esta cidade por uma média de 28 ônibus diários, a sua população se sente atraída para a Capital pernambucana quando necessita fazer compras.

Analisando-se os principais setores comerciais: alimentação, têxtil, calçados, peças mecânicas, material eletro-doméstico vê-se que os produtos são adquiridos na Capital pernambucana e que estes ora são produzidos na mesma, ora são oriundos de São Paulo e do Rio de Janeiro, servindo o Recife como intermediário.

Quanto à *alimentação*, há uma série de produtos como o açúcar, a farinha de mandioca, cereais, verduras e frutas de que João Pessoa se abastece no interior da Paraíba, sendo os mesmos produtos vendidos nas feiras livres e nos mercados públicos. O mesmo ocorre, em grande parte, com a carne e o peixe, este pescado nas praias das imediações da Capital. Os produtos alimentícios industrializados como o queijo, a manteiga, carnes em conserva, conservas em geral, bebidas, doces, batata inglesa, biscoitos, condimentos e algumas frutas são adquiridos em modernos super-mercados como os COMPREBEM e em mercearias. O COMPREBEM é uma organização pernambuca-

na (grupo Batista da Silva) que, além de possuir matriz e uma série de filiais no Recife, instalou filiais em João Pessoa que vêm contribuindo muito para o abastecimento dos bairros de classe média e alta da Capital paraibana. Além de produtos alimentícios, o COMPREBEM vende artigos de cama e mesa, perfumarias, toalhas de banho, artigos para decoração, utensílios de cozinha, etc.

Estes produtos nem sempre são fabricados em Recife; mas o COMPREBEM adquire não só os produtos industriais oriundos desta cidade, como importa da Região Sudeste — Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo — em grande escala e distribui por sua rede de mercados.

O comércio de tecidos é controlado por firmas pernambucanas que têm sua matriz no Recife e filiais em João Pessoa e em Campina Grande, assim como em Maceió e Natal. As mais importantes são os Armazéns do Norte, o Nôvo Continente, as Nações Unidas, a Girafa e as Lojas Paulista. As Lojas Paulista pertencem às Indústrias Paulista que possuem fábricas de tecidos na cidade pernambucana de Paulista (participa do Grande Recife) e na cidade paraibana de Rio Tinto. Elas possuem casas comerciais para venda de tecidos a varejo em todo o país, denominando-se de Lojas Paulista na porção Setentrional do país e de Lojas Pernambucanas na porção Sul e Centro Sul.

A maior porção dos tecidos vendidos por essas casas comerciais é originária da Região Sudeste, Rio de Janeiro (Fábrica Bangu) e São Paulo (Fábrica Votorantin), assim como de Paulista, Pernambuco.

O Recife, onde se localizam as matrizes das principais casas comerciais, é o ponto de convergência dos tecidos oriundos do Sudeste, vindos depois para João Pessoa através da rodovia. As casas comerciais estabelecidas em João Pessoa vendem os mesmos tanto à população da cidade como das cidades próximas.

Quanto a calçados, as principais casas têm matriz no Recife — caso da Remilet Calçados e da Solar — que têm ascen-

dência hierárquica sobre a filial de João Pessoa. Os calçados finos são fabricados em São Paulo e no Rio Grande do Sul, vindos para João Pessoa através do Recife. Os calçados populares são fabricados em Campina Grande, cidade do interior da Paraíba, e em Timbaúba, cidade pernambucana. Os artigos produzidos em Campina Grande vêm melhorando consideravelmente a sua qualidade e ampliando o seu mercado. Para estas mercadorias o transporte rodoviário é o mais utilizado.

Quanto às peças mecânicas, são vendidas por numerosas casas comerciais pertencentes a firmas locais que se abastecem na Região Sudeste — São Paulo, sobretudo — ou através de intermediários no Recife. Dentre as principais firmas que vendem automóveis destacam-se a Willys Overland, com sede em São Paulo e a Exposição, com sede no Recife. A Singer, firma norte-americana que domina o mercado de máquinas de costura em todo o Brasil, possui sua matriz em São Paulo e uma filial em João Pessoa, com área de influência em todo o Estado da Paraíba.

O gás engarrafado é vendido em João Pessoa por duas firmas de influência em todo o país — a Brasilgás e a Pibigás — que possuem suas sedes em São Paulo. A filial de João Pessoa tem controle apenas da área da Capital e dos municípios vizinhos.

Os produtos eletro-domésticos são fabricados sobretudo em São Paulo, sendo vendidos na Paraíba por comerciantes locais e por firmas do Recife que possuem filial na Capital paraibana, como A Palmeira e Carvalho Dutra S. A. A filial da primeira tem como área de influência todo o Estado da Paraíba e a da segunda, o Grande João Pessoa. Alguns produtos são fabricados atualmente no Nordeste, como os fogões Wallig, em Campina Grande, e os refrigeradores Kelvinator, no Recife. Ambas as fábricas foram instaladas graças aos incentivos dos arts. 34/18, controlados pela SUDENE. A produção das mesmas domina praticamente o comércio nordestino.

No momento, o comércio de João Pessoa, como todo o comércio nordestino, sobretudo em setores como o eletro-domés-

tico e, em menor escala, os tecidos, vem sofrendo uma grande crise, a qual tem levado várias firmas a encerrar as suas atividades ou à falência.

Há cerca de 16 bancos instalados em João Pessoa, como podemos observar na Tabela VII, com agências ou filiais. Destes, apenas dois têm a matriz em João Pessoa — o Banco do Estado da Paraíba S. A. e o Banco do Comércio e Indústria da Paraíba S. A. — enquanto dois têm matriz no Rio de Janeiro, dois, em São Paulo, dois, em Salvador, quatro, em Belo Horizonte, dois, em Campina Grande, um, no Recife e um, em Fortaleza.

O Banco do Estado da Paraíba S. A. possui 16 agências no país, estando 14 delas localizadas no próprio Estado da Paraíba, uma, no Recife e uma, no Rio de Janeiro. O Banco Comércio e Indústria da Paraíba S. A. conta com 9 agências, sendo 4 localizadas no próprio Estado, 2 no Recife, 1, em Maceió (Alagoas) uma, no Rio de Janeiro e uma, em Natal (Rio Grande do Norte).

A autonomia das agências é limitada, de vez que nas operações de maior vulto elas têm que consultar a matriz ou a agência regional.

Dentre os estabelecimentos bancários existentes em João Pessoa, apenas um se localiza na área suburbana — Cruz das Almas — os demais se encontram no centro da cidade. Nas cidades periféricas que formam com a Capital a Grande João Pessoa, não existem estabelecimentos bancários.

Quanto às atividades creditícias, observa-se que todos os bancos operam com empréstimos particulares e comerciais; o Banco Mineiro do Oeste é o único que não opera com crédito industrial, enquanto o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, o Mercantil do Norte S. A. e o Nacional de Minas Gerais S. A. não se interessam pelo crédito agrícola. No crédito imobiliário, apenas operam os bancos oficiais — Banco do Brasil S. A., Banco do Estado da Paraíba S. A. — e dois bancos particulares, o Industrial de Campina Grande S. A. e o

## TABELA VII

*Rêde bancária de João Pessoa*

NOME DO BANCO	SEDE DA MATRIZ	ESTABELECIMENTO JOÃO PESSOA	
		Agência	Filial
Banco Aliança S. A.	Rio de Janeiro	1	1
Banco do Brasil S. A.	Rio de Janeiro	2	—
Banco Brasileiro de Desconto	São Paulo	1	1
Banco da Bahia S. A.	Salvador	1	—
Banco Comercial do Nordeste	Salvador	1	—
Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A.	Belo Horizonte	1	—
Banco Comércio e Indústria da Paraíba S. A.	João Pessoa	2	2
Banco do Estado da Paraíba S.A.	João Pessoa	—	—
Banco Industrial de Campina Grande S. A.	Cna. Grande	2	—
Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A.	Belo Horizonte	1	—
Banco Mineiro do Oeste S. A.	Belo Horizonte	1	—
B. Mercantil do Nordeste S. A.	Cna. Grande	1	—
B. Mercantil de São Paulo S. A.	São Paulo	1	—
B. Nacional de Minas Gerais S.A.	Belo Horizonte	1	1
Banco Nacional do Norte S. A.	Recife	—	1
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Fortaleza	1	1

Banco da Bahia S. A. O crédito comercial é representado apenas por descontos de títulos e duplicatas, enquanto o industrial é constituído por inversões destinadas à implantação, modernização ou ampliação de estabelecimentos industriais.

Quanto ao número de estabelecimentos convém salientar o completo domínio dos bancos particulares, de vez que apenas três bancos oficiais operam na Paraíba, o do Brasil, o do Nordeste e o do Estado da Paraíba.

## VII — REPERCUSSÃO DA AÇÃO DA SUDENE — O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Naturalmente que a Paraíba, de um modo geral, e João Pessoa e Campina Grande, suas duas grandes cidades, de forma particular, se beneficiaram com a política de industrialização do Nordeste implantada pela SUDENE com aplicação dos incentivos dos chamados artigos 34/18. Ela não conseguiu atrair, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo, grandes projetos industriais como o Recife e Salvador, mas, nas proximidades da Capital paraibana, várias novas indústrias estão em instalação no seu Distrito Industrial. Assim, enquanto cidades como Patos e Pombal conseguiram aprovação de umas poucas implantações industriais, Campina Grande obteve sozinho a aprovação de 24 projetos e João Pessoa, com Bayeux e Santa Rita, que participam de sua aglomeração, obtiveram a aprovação de implantação ou modernização de 32 unidades industriais. Caso estas indústrias se desenvolvessem, começam a diversificar-se mais as funções exercidas pela capital paraibana, não só com o setor industrial, como também com o setor serviços que atenderá à população secundária.

A pobreza dos quadros técnicos paraibanos e a sua dependência do Recife, porém, faziam que até 1968, quando haviam sido aprovados apenas 62 projetos, a maioria dos mesmos houvesse sido elaborada em escritórios situados no Recife, embora muitos deles pertencentes a firmas e utilizando técnicos nascidos na Paraíba. Assim seis escritórios pernambucanos haviam elaborado 43 projetos a se localizarem na Paraíba, enquanto os escritórios de João Pessoa haviam elaborado apenas 19 projetos.

Além das indústrias novas e da absorção de grande número de técnicos e de funcionários paraibanos, a SUDENE provocou o aparecimento, em João Pessoa, de três escritórios de projetos: o PLANESC, o ESTE e o ESTEPLAN os quais elaboraram, respectivamente 9, 8 e 5 projetos. A quase totalidade dos projetos, 19, destina-se a indústrias a se localizarem em João Pessoa ou no interior da Paraíba e apenas 3 se destina-

ram a indústrias a se localizarem em outros Estados, como a FORTESA a se localizar em Natal, Rio Grande do Norte e a AIGASA e a CARRAIBAS AGRO-INDUSTRIAL em Teresina, Piauí. Dos projetos elaborados em João Pessoa, para implantação na Paraíba, 8 destinavam-se ao próprio município da capital, 5, ao de Campina Grande, e os restantes, aos municípios de Conde, Cabedelo, Souza, Santa Rita, Mari, Gurinhém e Patos.

Êstes escritórios mantêm intercâmbio com escritórios de São Paulo, visando sobretudo à captação de recursos e, às vezes, em casos mais especializados, como ocorre com o PLANESC, utilizam, na elaboração do projeto, técnicos residentes no Recife.

#### VIII — OS TRANSPORTES E A RÊDE HOTELEIRA EM JOÃO PESSOA

A cidade de João Pessoa é servida por transportes ferroviários, rodoviários, marítimos e aéreos. Construída inicialmente na foz do rio Sanhauá, no Paraíba do Norte, João se estendeu para o Leste atingindo o Atlântico, onde se localiza a praia de Tambaú. Ao Norte da cidade, distante 18 quilômetros do seu primitivo centro, localizam-se a foz do rio Paraíba e o pôrto de Cabedelo que participa da Grande João Pessoa.

Cabedelo é um pôrto organizado que dispõe de 600 metros de cais acostável, com profundidade que oscila entre 6 e 8 metros. Possui 10 guindastes com uma capacidade que oscila entre 1,5 e 10 toneladas. Possui 4 pontes rolantes com um poder de 2 toneladas. Para circulação das mercadorias embarcadas, dispõe de 2.500 metros de ferrovia, de uma locomotiva de 100 HP e 7 vagões com capacidade para 20 toneladas. Dispõe de 4 armazéns com uma capacidade total de 6.450 m<sup>2</sup> e de seis tanques para combustíveis líquidos com uma capacidade de 13.704 toneladas. No ano de 1968, entraram no pôrto de Cabedelo 248 navios com um total de 715.000 toneladas de registro. Movimento pouco expressivo se comparado ao de Recife (489 navios), ao de Salvador (551 navios) ou ao de Fortale-

za (696 navios), mas expressivo quando comparado ao de São Luís (108 navios), ao de Parnaíba (208 navios), ao de Natal (77 navios) ao de Maceió (192 navios), ou ao de Aracaju (128 navios). Por Cabedelo foram exportadas, em 1968 cêrca de 99.314 toneladas de mercadorias e importadas 45.561 toneladas, no valor de, respectivamente, Cr\$ 42.134.207 e de Cr\$... 9.310.990. Vê-se, assim, que a importância da exportação para o exterior, representada sobretudo por algodão, sisal, couros e peles, é bastante superior à importação.

O aeroporto de João Pessoa carece de importância, não sendo utilizado por linhas comerciais regulares, de vez que os grandes e médios aviões que fazem as linhas domésticas (dentro do país) fazem escala nos aeroportos do Recife e de Natal, localizados cada um dêles a pouco mais de cem quilômetros da Capital paraibana, respectivamente ao Sul e ao Norte da mesma.

Quanto ao transporte ferroviário, João Pessoa é servida pela Rêde Ferroviária do Nordeste S. A. que corta o Estado de Norte a Sul, passando a menos de 20 quilômetros ao Oeste da Capital, no local denominado Entroncamento. Daí um ramal liga João Pessoa a mesma. Êste tipo de transporte, porém, vem sendo cada vez menos utilizado, sobretudo no transporte de passageiros, por não suportar a concorrência dos caminhões, ônibus e automóveis. Tanto assim, que o ramal ferroviário que ligava a Capital à região do Brejo foi retirado por ser considerado anti-econômico. Continua em uso a ferrovia que liga João Pessoa a Souza, no Sertão, por onde circulam três trens semanais na direção Leste-Oeste e três trens semanais, na direção Oeste-Leste. Êstes comboios transportam sobretudo óleo, sal, agave, minério, cimento e algodão. O outro trecho em que correm trens diários nas duas direções é João Pessoa-Nova Cruz (cidade situada ao Sudeste do Rio Grande do Norte) transportando sobretudo cana-de-açúcar e sal; serve, dêsse modo, a porção litorânea. Souza está ligada também por ferrovia a Fortaleza no Ceará e Nova Cruz a Natal no Rio Grande do Norte, o que possibilita a ligação ferroviária direta de João Pessoa com estas duas capitais.

O transporte de pessoas é feito quase sempre por automóveis e por ônibus. As linhas interestaduais existentes na Paraíba nem sempre partem de João Pessoa, mas também de outras cidades do Estado. Assim, Campina Grande possui onze linhas estaduais e João Pessoa apenas seis. Ainda Guarabira possui três linhas interestaduais, Cajazeiras, uma e Itabaiana, uma.

A Tabela abaixo mostra as linhas existentes, as empresas que mantêm e o número de viagens semanais.

TABELA VIII

*Linhas de ônibus interestaduais que partem de João Pessoa*

LINHAS	EMPRESAS	NÚMERO DE VIAGENS SEMANAIS
João Pessoa-Rio	Autoviária de Fátima	3
João Pessoa-Rio	Empresa Vera Cruz	4
João Pessoa-Recife	Viação Bonfim	112
João Pessoa-Recife	Viação Boa Vista	84
João Pessoa-Goiana	Viação Boa Vista	7
João Pessoa-Goiana	Viação Bonfim	7

Como se pode observar, é muito grande a ligação de João Pessoa com o Recife, de vez que existem 28 viagens diárias de ônibus entre as duas cidades, enquanto para as capitais dos outros Estados limítrofes com a Paraíba não existe nenhuma linha de ônibus. As comunicações com Fortaleza são feitas através dos ônibus Recife-Fortaleza que passam por João Pessoa, e as com Natal são feitas através dos ônibus Recife-Natal que também passam pela Capital paraibana, apanhando passageiros ali.

TABELA IX

*Linhas de ônibus interestaduais que partem de cidades do interior da Paraíba*

LINHAS	EMPRESAS	NÚMERO DE VIAGENS SEMANAIS
Campina Grande-Rio	Expresso Nacional de Luxo	4
Campina Grande-Rio	Auto Viação Planalto	3
Campina Grande-Rio	Viação Nordestina	2
Campina Grande-São Paulo	Expresso Nacional de Luxo	4
Campina Grande-São Paulo	Viação Nordestina	4
Campina Grande-Brasília	Viação Seridó	4
Campina Grande-Natal	Viação Bonfim	7
Campina Grande-Recife	Viação Campinense	7
Campina Grande-S. José do Egito (Pe.)	Viação Batalhão	7
Campina Grande-Caicó (RN)	Viação Batalhão	14
Guarabira-Rio	Expresso Nacional de Luxo	2
Guarabira-São Paulo	Expresso Nacional de Luxo	4
Guarabira-Recife	Expresso Paraibano	7
Cajazeiras-São Paulo	Viação Brasília	7
Cajazeiras-Recife	Viação Gaivota	7
Itabaiana-Rio	Auto Viação Planalto	3

A Tabela IX indica as linhas que partem de outras cidades paraibanas para cidades de outros Estados, fato que indica o pequeno poder polarizador de João Pessoa.

A análise comparativa das duas Tabelas indica o pequeno poder polarizador de João Pessoa e faz avultar o de Campina Grande, que se liga ao Rio de Janeiro por nove viagens semanais, a São Paulo, por oito e a Brasília, por quatro, deixando à margem a Capital do Estado. Observa-se, ainda, que a influência deste importante centro urbano não se limita ao território paraibano, estende-se também aos Estados vizinhos, de vez que está ligada por ônibus com viagem diária a São José

do Egito, em Pernambuco, e por duas viagens diárias a Caicó, centro urbano muito dinâmico do vale do Seridó do Rio Grande do Norte, onde há importante produção de algodão e de minérios xelita, sobretudo.

Cajazeiras, no extremo Oeste do Estado, liga-se diretamente à região Sudeste por sete ônibus semanais e ao Recife, fazendo canalizar para a metrópole nacional — São Paulo — e para a metrópole regional — Recife — os passageiros do alto sertão paraibano.

Se examinarmos as linhas de ônibus que exploram a condução entre duas cidades do Estado da Paraíba, novamente vamos constatar a importância das duas grandes cidades do Estado: João Pessoa e Campina Grande. Assim, da primeira partem ônibus diários em linhas regulares para as cidades de Areia, Alagoa Grande, Itapororoca, Guarabira, D. Inês, Solânea, Cacimba de Dentro, Juripiranga, Cajazeiras, Brejo da Cruz, Rio Tinto, Alhandra, Pitimbú, Itabaiana, Campina Grande, Ingá, Umbuzeiro, Jacaraú, Catolé do Rocha, Princesa Isabel, Araruna, Caiçara, Belém, Alagoinhas, São José do Piranhas, Gurinhém, Sapé, Cabedelo, Espírito Santo, Conceição, Monteiro, Serra Branca e Esperança.

De Campina Grande partem linhas de ônibus diárias (às vezes mais de uma viagem) para Bananeiras, Itabaiana, Cubati, Picuí, Rio Tinto, Cajazeiras, Patos, Monteiro, Teixeira, Esperança, Pocinhos, Puxinanã, Areial, Boqueirão, Massaranduba, Aroeiras, Guarabira, Remígio, Alagoa Nova, Nova Floresta, Alagoa Sêca, Alagoa Grande, Vereda Grande, Gurjão, Queimadas, Serra Redonda, Aroeiras, Fagundes, Camalau, Cabeceiras, Ouro Velho e Campinote.

Em menor escala, são sedes de linhas de ônibus as cidades de Cajazeiras para Conceição, Souza, Uiraúna e Curemas; de Rio Tinto para João Pessoa, Guarabira e Mamanguape; de Taperoá para Patos e Campina Grande; de Lastro para Souza; de Patos para Princesa Isabel; de Souza para Santa Cruz, Ca-

jazeiras, Catolé do Rocha e São Francisco de Aguiar; de Catolé do Rocha para Pombal e, finalmente, de Itabaiana para Areal.

É interessante ressaltar, para focalizar a importância de Campina Grande, que 34 cidades da Paraíba a ela se ligam por linhas de ônibus, exatamente o mesmo número que se liga a João Pessoa, apesar de esta cidade ser Capital de Estado. Depois dessas cidades, os centros rodoviários são bem menos expressivos, não ultrapassando a ligação com cinco cidades, como ocorre com Cajazeiras, Rio Tinto e Souza.

Das linhas anteriormente mencionadas possuem mais de uma viagem diária, ligando-as a João Pessoa ou a Campina Grande, as cidades de Guarabira, Patos, Souza, Monteiro, Areia, Alagoa Grande, Itabaiana, Sapé e Alhandra. Já Catolé do Rocha, Cajazeiras, Conceição e Patos, cidades distantes de João Pessoa mais de 8 horas de viagem, possuem um ônibus noturno que parte dos dois extremos da linha todos os dias às 18 horas.

Para as cidades que compõem o Grande João Pessoa, chamadas geralmente de cidades satélites, como Bayeux, Cabedelo e Santa Rita, há viagens cada 30 minutos.

João Pessoa é uma cidade praticamente desprovida de uma rede de hotéis. O Governo do Estado, preocupado com o fato, acaba de construir um hotel na praia de Tambaú, visando a explorar o turismo. Espera que, devido à proximidade do Recife e à beleza da praia, atraia turistas pernambucanos ou do Sul do País que visitem o Nordeste. O hotel, porém, ainda se acha em construção. Os viajantes que chegam a João Pessoa, nas mais das vezes, se hospedam em casas de famílias que alugam quartos ou em casas de amigos. Apenas dois hotéis antigos, desconfortáveis e de pequeno movimento, existem na cidade e foram por nós visitados, são o Paraíba Palace Hotel e o Hotel Aurora. Observando as fichas dos mesmos em um mês (houve dificuldade de se obter um período mais longo) pudemos organizar a seguinte Tabela:

TABELA X

*Profissão de pessoas que se hospedam em hotéis de João Pessoa*

Profissão	Número
Viajantes	18
Advogados	8
Engenheiros	7
Bancários	6
Rádio-técnicos	6
Militares	4
Industriais	4
Economistas	3
Funcionários Públicos	3

Como vemos, há uma dominância absoluta dos viajantes seguidos dos advogados, engenheiros, bancários e rádio-técnicos.

Na Tabela XI, observaremos a procedência destes mesmos profissionais, a qual indica a supremacia do Recife, confirmando mais uma vez a importância da influência exercida em João Pessoa pela capital pernambucana.

TABELA XI

*Origem das pessoas que se hospedam em hotéis de João Pessoa*

Cidade de origem	Número
Recife	19
Rio de Janeiro	12
São Paulo	10
Natal	5
Fortaleza	3
Maceió	3
Campina Grande	3
Curitiba	2
Belo Horizonte	2
Salvador	1
São Luís	1
Exterior (Alemanha)	1